



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI (Do Senhor JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO )

Acrescento o inciso III, ao Art. 49, da Lei  
9.610 de 19 de fevereiro de 1998

### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - O Art. 49 da Lei 9.610/1998, passa a vigorar acrescido do inciso III, seguinte:

“Art. 49 .....

III- a transmissão total e definitiva dos direitos autorais ocorrerá em caso de criação, produção e veiculação de letra e música para fim, exclusivamente, para candidato e campanha eleitoral..”

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

### JUSTIFICATIVA

Direitos autorais são os direitos que todo criador de uma obra intelectual tem sobre a sua criação. Esse direito é exclusivo do autor, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal.

É cobrado um valor para cada registro de direito autoral solicitado, uma vez que são diferenciados quando requeridos por Pessoa Física ou quando solicitados por Pessoa Jurídica (Cessionário e/ou Procurador).

Assim, como previsto no inciso II do artigo 49 da Lei 9610/1998, que segue, os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente, e até definitiva, transferidos a terceiros mediante estipulação contratual escrita, não cabendo cobrança acerca do mesmo após a estipulação do contrato.

:

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de



\* C D 2 0 4 8 1 3 4 6 0 6 0



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:

II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;

Certo é que na realidade, principalmente para quem solicita serviço de empresas que fazem jingles e ou artistas, fazendo pagamento do serviço prestado e mesmo assim agem de má fé , pois cobram em duplidade, cobrando pelo produto e cobrando pela veiculação do mesmo, ferindo assim o Direito do Consumidor do serviço.

A proposta que apresento tem o intuito de resguardar , principalmente, aos candidatos em período eleitoral , que após terem pago pelo serviço prestado da confecção de jingle para campanha, não venham ser cobrados duplamente pelos serviços , tendo em vista que os fonogramas são comprados de maneira ampla e definitiva, com a transferencia total dos direitos sobre a música em questão.

Assim, tendo em vista a relevância da matéria apelamos para a imediata deliberação por parte desta Casa Legislativa

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2020.



**JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO**  
Deputado Federal PT/CE

Documento eletrônico assinado por José Airton Félix Cirilo (PT/CE), através do ponto SDR\_56101, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato LexEdita Mesan. 80 de 2016.

